

Demonstrações contábeis

**Conselho de Secretarias
Municipais de Saúde da
Paraíba – COSEMS/PB**

31 de dezembro de 2018 e de 2017

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018 e de 2017

MRP–114/2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
--	---

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial.....	5
Demonstrações do resultado do período.....	6
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Administradores e Conselheiros do

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB

João Pessoa - PB

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB (Conselho), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo sobre a base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião com ressalva

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB não adotou integralmente a norma contábil aplicável às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), em especial o que dispõe os itens 20, 8 e 19, que tratam, respectivamente, do reconhecimento contábil do ativo imobilizado, do reconhecimento contábil das receitas e despesas com base no princípio da Competência e do reconhecimento do valor justo do trabalho voluntário. Em 31 de dezembro de 2018 não foi possível estimar o impacto da não adoção completa da respectiva norma contábil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Conselho, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba – COSEMS/PB para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de setembro de 2018, contendo ressalvas quanto ao ativo imobilizado e ao não atendimento a norma contábil ITG 2002 (R1) aplicável às entidades sem finalidade de lucros.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Conselho continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ao Conselho ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Conselho são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conselho.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conselho. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conselho a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

João Pessoa-PB, 02 de agosto de 2019.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2



Marcos de Oliveira Pereira
Contador CRC DF-027109/O-0

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba - COSEMS/PB

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	5.172	37.981
Outros créditos		50	
		<u>5.221</u>	<u>37.981</u>
Não circulante			
Imobilizado	4	74.243	80.547
		<u>74.243</u>	<u>80.547</u>
		<u>79.464</u>	<u>118.528</u>

	Nota	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	5	46.750	17.963
		<u>46.750</u>	<u>17.963</u>
Patrimônio Líquido			
Superávit acumulados		32.714	100.565
		<u>32.714</u>	<u>100.565</u>
		<u>79.464</u>	<u>118.528</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba - COSEMS/PB

Demonstração do resultado do período

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas			
Receitas sem restrição	8	1.097.851	1.070.070
		<u>1.097.851</u>	<u>1.070.070</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(543.564)	(134.591)
Despesas administrativas		(613.190)	(946.765)
Outras receitas e despesas operacionais		-	(13.738)
		<u>(1.156.754)</u>	<u>(1.095.094)</u>
Superávit antes da receitas e despesas financeiras		<u>(58.902)</u>	<u>(25.024)</u>
Despesas e receitas financeiras, líquido		(8.949)	(1.480)
Superávit líquido do exercício		<u>(67.851)</u>	<u>(26.503)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba - COSEMS/PB

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Déficit e superávit líquido do exercício	<u>(67.851)</u>	<u>(26.503)</u>
Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do período	<u>(67.851)</u>	<u>(26.503)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba - COSEMS/PB

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		-	127.068	127.068
Déficit do exercício		-	(26.503)	(26.503)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		-	100.564	100.564
Superávit do exercício			(67.851)	(67.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		-	32.714	32.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde da Paraíba - COSEMS/PB

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(67.851)	(26.503)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	11.600	10.529
Depreciação	<u>(56.251)</u>	<u>(15.974)</u>
Variações nos ativos		
Outros créditos	(50)	(270)
Variações nos passivos		
Fornecedores	-	(940)
Obrigações sociais	28.788	(820)
Obrigações tributárias	-	(13.947)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	<u>(27.513)</u>	<u>(31.951)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	<u>(5.296)</u>	<u>57.500</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(5.296)</u>	<u>57.500</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento nas disponibilidades	<u>(32.809)</u>	<u>25.549</u>
Caixa no início do exercício	37.981	12.432
Caixa no final do exercício	<u>5.172</u>	<u>37.981</u>
Aumento nas disponibilidades	<u>(32.809)</u>	<u>25.549</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA PARAIBA-COSEMS/PB

Notas explicativas da Administração às
demonstrações contábeis para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

O CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA PARAIBA – COSEMS/PB é uma associação privada sem fins lucrativos que tem por finalidade deliberar acerca de Diretriz Geral de atuação dos Secretários Municipais de Saúde da Paraíba. Representando os Secretários Municipais de Saúde da Paraíba junto a instituições, Conselhos, Assembleias ou reuniões de caráter Municipal, Estadual ou Nacional, além de lutar pela implementação do SUS-PB, participando na qualidade de representantes dos Secretários Municipais de Saúde da Paraíba.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis do COSEMS/PB são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram embasadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e equivalente de caixa: referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações contábeis de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base pro rata temporis até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Conselho use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O Conselho revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

O processo de elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem fins lucrativos requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. O COSEMS/PB revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.4 Instrumentos financeiros básicos: Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. A Entidade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros do Conselho incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações contábeis e contas a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Conselho avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. O Conselho determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

2.5 Imobilizado: Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado, é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 4, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração do COSEMS/PB não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua doação. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando é o caso.

2.6 Passivos circulantes e não circulantes: provisões para obrigações sociais e fiscais - Constituídas e apropriadas ao resultado em regime de competência, principalmente para suprir compromissos com férias vencidas e proporcionais, encargos sociais e outras obrigações trabalhistas.

Os outros passivos - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos encargos e apropriações monetárias incorridas.

2.7 Provisões: são reconhecidas quando o COSEMS/PB tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.8 Apuração do Superávit e/ou (Déficit) - Receitas e Despesas: O resultado é apurado pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para o COSEMS/PB e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida.

2.9 Tributação: O COSEMS/PB é uma associação civil sem fins lucrativos e goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o artigo 184 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, que regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

2.10 Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.11 Formalização da escrituração contábil (Resolução 1.330/11 – NBC ITG 2000): O COSEMS/PB possui um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico, sistema de Software. Os registros contábeis contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil do COSEMS é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A COSEMS manter em boa ordem a documentação contábil.

3 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder do Conselho, depósitos bancários e aplicações contábeis.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	-0-	1.851
Depósitos bancários a vista – sem restrição	-0-	28.000
Aplicações contábeis – sem restrições	5.172	8.130
	5.172	37.981

4 Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

	Taxa - %	2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	2018
Ativo imobilizado - próprio						
Móveis e Utensílios	10%	37.896	2.010	-	(5.260)	34.646
Máquinas e equipamentos	10%	3.304	3.286	-	(671)	5.919
Computadores periféricos	20%	6.755	-	-	(4.277)	2.478
Construções e benfeitorias	4%	32.592	-	-	(1.392)	31.200
		80.547	5.296	-	(11.600)	74.243

5 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	-	4.016
INSS a recolher	13.735	10.831
FGTS a recolher	3.564	1.736
PIS a recolher	1.636	-
IRRF a recolher	7.932	1.380
Parcelamento – INSS	19.883	-
	46.750	17.963

6 Demandas judiciais

O COSEMS/PB não possui demandas judiciais no exercício de 2018.

7 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício do período, os ajustes de avaliação patrimonial, quando considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado

8 Receitas

O Conselho recebe recursos basicamente da Portaria/MS nº 220, de 30 de janeiro de 2007.

9 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	1.437	1.810
Despesas financeiras	(10.386)	(3.290)
	(8.949)	(1.480)

10 Eventos subsequentes

A Entidade não tem conhecimento, até o presente momento, de fatos importantes ocorridos após a data-base de 31 de dezembro de 2018, que possam alterar resultados futuros.

João Pessoa - PB, 31 de dezembro de 2018.